



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0385/08	DATA: 15/04/2008
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h23min	DURAÇÃO: 01h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h46min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WILLIAN CÉSAR LOPES DOMINGUES – Coordenador do Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Estando já presentes alguns Parlamentares e dentro do que costumeiramente nós tratamos nas audiências ou convocações, iniciamos a nossa exceção com a presença do Sr. Relator e deixaremos para, tão logo atinjamos o *quorum* regimental, votarmos as atas das reuniões anteriores.

Tomaremos, nesta sessão, o depoimento do Sr. Willian Cesar Lopes Domingues, Coordenador do Conselho Distrital de Saúde Indígena — CONDISI, presente entre nós.

Convido o Sr. Willian Cesar para, ao meu lado esquerdo, posicionar-se na mesa. *(Pausa.)*

Deputado Cleber Verde, estaremos no Maranhão quinta-feira, com a licença de V.Exa. *(Risos.)*

Comunico o recebimento no expediente de atestado médico, apresentado à 3ª Secretaria da Casa, informando que nosso colega Waldir Neves encontra-se impossibilitado de comparecer a esta audiência. Recebido o presente documento, determino à Assessoria que acompanhe o estado de saúde do nosso querido Deputado Waldir Neves.

Convido o Sr. Willian Cesar, Coordenador do Conselho Distrital de Saúde Indígena. Por se tratar de oitiva de testemunha, solicito ao Sr. Willian Cesar que preste o juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço. As outras exigências processuais, o Sr. Willian Cesar já as assinou. O tempo concedido ao convocado é de 20 minutos, podendo, a juízo da Comissão, ser estendido.

Antes de passar a palavra às senhoras e aos senhores, reitero a disposição de que, nas participações dos Srs. Parlamentares, o tempo é de 5 minutos para réplica e tréplica.

Concedo a palavra ao Sr. Willian Cesar Lopes Domingues.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Boa-tarde a todos e a todas. Espero poder contribuir. Na verdade, sou Coordenador do Fórum de Presidentes de CONDISI, sou o Presidente do Conselho Distrital de Altamira, no Pará, e um dos



Coordenadores do Fórum de Presidentes, que reúne os 34 Presidentes dos 34 Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena. Então, estamos, aí, com o Fórum já há 2 anos funcionando, e tem a presença dos representantes do controle social de todos os CONDISIs que há no Brasil. A gente trabalha com a parte justamente do controle social na saúde indígena, da avaliação do que tem sido feito com as condições que a gente tem tido para fazer essa avaliação, para fazer esse trabalho, que é uma política de atenção básica à saúde dos povos indígenas, agora, a cargo da FUNASA. É uma coisa relativamente nova, e no próprio controle social indígena também a gente está começando nesse processo há pouco tempo relativamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Feitos os esclarecimentos iniciais a respeito da sua atuação e as suas responsabilidades, o Sr. Willian fica à disposição das Sras. e Srs. Deputados para responder às indagações que lhe forem solicitadas.

Passo a palavra, por dupla responsabilidade, como autor do requerimento convocatório e como Relator-Geral desta CPI, ao Deputado e piloto de todos nós, Vicentinho Alves.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Obrigado, Presidente.

Srs. Deputados, demais presentes, Sr. Willian Cesar Lopes Domingues, o requerimento convocando V.Sa. é de nossa autoria, e eu gostaria, além de, como autor do requerimento, como disse o Presidente, e como Relator, informar-me melhor sobre o CONDISI. Então, eu gostaria de saber, se V.Sa. puder anotar, qual a finalidade, onde é a sede dessa instituição, onde ela atua mais, se é no Norte do País, se é em todo o Brasil, se é em toda..., se atinge todas as aldeias na questão da saúde. Enfim, a gente quer conhecer melhor sua instituição. Essa é a primeira pergunta.

A segunda: como é o relacionamento — é a segunda pergunta — do CONDISI com a FUNASA e FUNAI? Fale para a gente sobre isso.

Terceira pergunta: como é a atuação do CONDISI na questão da saúde tanto nas aldeias quanto nas esferas do Poder Público? Como é que vocês atuam nas aldeias e com relação ao Poder Público? E como essa atuação vem ajudar os povos indígenas? Qual a contribuição, a seu ver, que o CONDISI vem dar aos povos indígenas?



A outra pergunta. Vou esperar concluir a anotação, para... *(Pausa.)*

No seu ver, as medidas que estão sendo tomadas hoje referentes ao combate à subnutrição de crianças indígenas estão surtindo efeito?

E, a última: qual a sugestão do CONDISI no combate à subnutrição de crianças indígenas?

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Feitas essas perguntas iniciais do Sr. Relator e autor do requerimento convocatório, vamos passar a palavra ao Deputado Geraldo Resende. Essa bandeirinha aí é do Mato Grosso do Sul?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Ah, é da Presidência! Já está assim? Já esteve lá? Muito bem. *(Risos.)*

Deputado Geraldo Resende, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, estava acompanhando na marra a 11ª Marcha dos Prefeitos e, para entrar lá, temos de ter credenciamento e me esqueci de tirar o credenciamento. *(Risos.)* Mas, mostrando nosso compromisso com o municipalismo e, principalmente, com os Prefeitos, já que eles têm demandas grandes e certamente vão encontrar apoio em toda esta Casa.

Mas, Sr. Willian Cesar Lopes Domingues, você é Presidente do CONDISI, de um dos CONDISIs... Quantos CONDISIs há lá no Maranhão?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - *(Fora do microfone.)* Trinta e quatro.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - E você é um dos Coordenadores do Fórum dos CONDISIs, dos Presidentes dos CONDISIs? Então, está bom.

A Portaria nº 70 diz que as ações do CONDISI são *“aprovar e acompanhar a execução do Plano Distrital de Saúde Indígena, acompanhar as ações dos Conselhos Locais de Saúde Indígena e exercer o controle social das atividades de atenção à saúde indígena”*. São essas 3 as grandes missões dos CONDISIs.

Gostaria de saber de V.Sa. se V.Sa., primeiro, teve informações, acompanhou a questão da morte de crianças indígenas por desnutrição, que foi noticiada tanto nacionalmente como até na imprensa internacional e que ocorreu em 2005. Se vocês tiveram discussões acerca, nas conferências dos CONDISIs, ou seja, nas



conferências de saúde indígena, acerca dessa situação e se vocês também apontaram caminhos para superá-la e como se percebeu, a partir de 2005, se teve ou não avanços nessa discussão. Se V.Sa. também tem conhecimento de que existe questão de desnutrição indígena em outros locais do País, afora o que aconteceu em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso, denunciado pela imprensa, inclusive, que motivou a criação de Comissão Parlamentar de acompanhamento, aqui, Comissão Externa aqui da Câmara e também CPIs lá no Mato Grosso do Sul, e outras ações em outros locais do País. Se, de fato, os CONDIsIs estão atuando em todos esses... são 34 Distritos de Saúde Indígena, não é?, então, há 34 CONDIsIs. Se o trabalho que eles têm feito tem tido repercussão no encaminhamento por parte da FUNASA daquilo que toma de deliberação. Se, lá, em Altamira — Pará, não é? — se, lá, em Altamira, vocês, que exercem o controle social, estão tendo influência positiva e sendo acatada pela Coordenação Regional da FUNASA, lá, no Maranhão. Maranhão... no Pará, Pará, desculpe.

A que V.Sa. atribui a situação vivenciada por algumas comunidades indígenas acerca não só da desnutrição, mas também do alcoolismo, da violência, do suicídio, da desagregação familiar que a gente vivencia em alguns locais do País, principalmente no Mato Grosso do Sul? E como V.Sa. está vendo os outros órgãos do Governo Federal que, também ao lado da FUNASA e da FUNAI, têm também como missão proteção da causa indígena?

São mais ou menos essas as perguntas, Sr. Presidente. Fico satisfeito se tiver as respostas acerca desses questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Deputado Edio Lopes estava inscrito, mas algumas das suas indagações coincidiram com a argumentação do Deputado Resende. Então, para economia procedimental, ele declina da sua inscrição. O Deputado Cleber Verde, idem? (*Pausa.*)

Com a palavra o eminente Deputado maranhense Cleber Verde.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Gostaria de ouvir, antes de mais nada, a posição do Coordenador diante das perguntas, e alguma, que porventura eu possa complementar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Havendo outra indagação, V.Exa. se posicionará.



O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra, para as respostas que possa as ter aos Deputados Resende e Vicentinho Alves, o Sr. Willian Lopes.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Bem, a primeira questão, a pergunta do Deputado Vicentinho é *“Qual a finalidade do Conselho Distrital de Saúde Indígena. A segunda é se na política de atenção aos povos indígenas, de saúde aos povos indígenas, o Conselho Distrital...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Pode falar.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Sim, o Conselho Distrital de Saúde Indígena é a instância deliberativa dentro da política de saúde indígena. Ele é que delibera como é que serão gastos os recursos, ele elabora um plano distrital, que é o Plano de Ações da Saúde Indígena. E esse Conselho Distrital é um Conselho paritário, ele é formado por trabalhadores da saúde indígena, por gestores, por prestadores de serviço e por usuários, 50% dos CONDISI é de usuários e os outros 50% ficam divididos entre prestadores de serviço e o Governo, que é a FUNASA, que faz a execução da saúde, e os parceiros que atuam na saúde indígena. Então, a finalidade do CONDISI é fazer um plano de ações para a saúde indígena, de acordo com o que se tem de teto orçamentário, de recursos, para cada Distrito. E esses recursos para cada distrito são definidos a partir do *per capita*, por indígena, e também considerando-se a região. Por exemplo: Altamira é o maior município do mundo, e nós temos lá 3.500 indígenas espalhados por uma área maior que a França. Há uma aldeia em que para a gente chegar gasta 9 dias de viagem, de voadeira. Voadeiras são essas canoas com motor, não é? Então, é feito esse cálculo e é repassado esse valor *per capita*. E o CONDISI existe para fazer justamente esse plano de ações, para elaborar um plano de ações, e para regular as ações, dizer como é que é para funcionar, no final das contas, a saúde dentro de cada distrito. O Distrito de Altamira conta com 9 etnias distribuídas em 16 aldeias. Então... Lá, a gente tem uma particularidade: o contato dos nossos parentes lá, os que aconteceram há mais tempo foram há 40 anos. Então, as nossas lideranças ainda são as lideranças tradicionais, que andavam na mata, guerreando, caçando. Então... E a maioria são monolíngües na sua língua materna, não falam português.



Então, a gente enfrenta toda essa questão, para que esse povo diga como é que quer ser tratado, como é que é para funcionar a saúde na sua aldeia. Bom. A sede dos CONDIs. Cada CONDIs — são 34, são 34 distritos, e já se fala na criação de mais 2 ou 3 distritos —, ele tem a sua sede, que normalmente fica ou nas coordenações regionais da FUNASA ou na sede do distrito que tem uma dependência do CONDIs. Ele é parte da política de atenção básica à saúde dos povos indígenas. Então, cada CONDIs tem a sua sede espalhada, e a gente tem, foi criado há pouco mais de 2 anos, o Fórum. Foi a Portaria nº 644, que instituiu o Fórum de Presidentes de CONDIs. Aí, nós nos reunimos aqui em Brasília. A sede do Fórum de Presidentes é no DESAI, no Departamento de Saúde Indígena da FUNASA. E onde a gente atua mais, isso... Na verdade, em todos os distritos tem de ter o CONDIs. É o CONDIs que faz o plano distrital, ele que aprova o plano, é ele que delibera acerca de como é que esses recursos vão ser gastos. Com muita dificuldade... O CONDIs é paritário, como eu disse. E, em cada distrito esse CONDIs vai atuar mais ou menos de acordo com essas particularidades: a questão dos contatos, a questão até mesmo de logística — há uma série de dificuldades para o funcionamento desses conselhos. Com a instituição do Fórum, nós temos discutido bastante uma forma de efetivar essa participação, porque, assim, como indígena, como presidente de conselho e também representando os parentes, alguns até que estão aqui, a gente percebe que é uma posição em que a gente pode acabar sendo utilizado para legitimar políticas que estão alheias àquilo que é a nossa necessidade ou que vai de encontro com o que está sendo entendido que seja a necessidade de cada localidade. Então, os CONDIs vão atuar mais ou menos dependendo da organização de cada distrito, não é? O Conselho é uma coisa... Eles são de cada... daquele distrito que pega às vezes, a gente tem CONDIs por exemplo, o CONDIs lá de Santarém, que trabalha só — o do Tapajós — com a etnia munduruku; a gente tem o DSEI Kayapó Colíder, que trabalha só com os kayapó e a sede é em Colíder, em Mato Grosso; a gente tem já o DSEI Altamira, que trabalha com 9 etnias. Então, cada distrito tem as suas particularidades. E atinge todas as aldeias, a partir do momento em que existem os Conselhos Locais de saúde indígena. Os Conselhos Locais funcionam dentro das aldeias, são formados só por indígenas, e esses Conselhos Locais fazem o controle



social das ações, dentro das aldeias, e repassam aí as informações para os conselheiros distritais. A partir dos conselheiros distritais, eles levam as demandas para essa instância, que é deliberativa, que é o Conselho Distrital. E como é o relacionamento dos CONDIsIs com a FUNAI e com a FUNASA. Bem, com a FUNAI, a gente não tem muita relação no sentido de que a FUNAI não está mais cuidando dessa questão de saúde e também passa por um momento difícil em nível de recursos, de tudo, necessitando aí de uma reestruturação, mas... Somos, os Presidentes dos CONDIsIs são todos indígenas, e a maioria da representação nos CONDIsIs é de indígenas, que é de 50%. Essa relação com a FUNAI, ela é uma relação de parceria, de apoio da FUNASA em relação aos CONDIsIs, não é uma relação complicada. Com a FUNASA, a FUNASA vem, na medida do possível, menos do que o controle social entende, empenhando-se para nos dar condições de trabalhar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - FUNASA. Então, menos do que nós achamos que pode ser feito, mas vem se empenhando para nos dar condições de trabalhar. E nós vimos discutindo isso com a Presidência da FUNASA, com as instâncias locais, com os chefes de distrito. Com a criação do Fórum — e isso foi muito positivo, isso trouxe a possibilidade de a gente, de todos os Presidentes de Conselho reunidos trazerem as informações das bases. Quer dizer, nós viemos das aldeias, não é? A gente sai da aldeia, é eleito na aldeia como conselheiro distrital, vai para o Conselho Distrital e de lá sai como Presidente. Então, a gente vem trazendo para eles essas demandas, que são de lá da base, mesmo. E algumas decisões que, às vezes, saem de uma direção central, a gente tem uma questão também de uma diversidade muito grande. Às vezes, o que é bom para os indígenas do Nordeste é um desastre para os indígenas do Amazonas, do Pará ou do Mato Grosso, e também o contrário, não é? Então, nessa relação com a FUNASA, nós estamos em busca de espaço institucional, em busca de que a FUNASA efetivamente reconheça que o Controle Social não é um apêndice da política de saúde indígena, mas é parte dela, e precisa ser financiada integralmente, precisa ter condições de fazer esse controle social. Senão, a gente corre um risco, porque isso tudo é muito novo, isso começou em 2000, e aí a gente precisa



entender das leis, de como é que está funcionando isso. Em Altamira, nós começamos, no ano passado, um programa de capacitações dos Conselhos Locais. Então, a gente tem ido para as aldeias, porque a gente percebeu que não adianta trazer os parentes da aldeia para a cidade, porque dispersa, é fora do ambiente. Trabalhando no ambiente, a partir de uma linguagem que os parentes entendam, utilizando a língua materna, com o auxílio dos conselheiros locais e dos conselheiros distritais das aldeias, feita essa capacitação, a gente vem tratando justamente disto: o que é SUS? O que é o subsistema? O que é o Conselho? Para que ele serve? Porque, senão, acontece — e acontece mesmo — de muitos parentes irem para o Conselho mas não saberem bem do que se trata. Aí, você vai, participa, ouve, depois te dão um papel para assinar, você assina e não sabe bem o que aconteceu. Porque, se para quem mora na cidade, tem acesso a rádio, a televisão, a livros, a tudo isso, essa coisa de acompanhar as leis, de saber o caminho que o dinheiro da saúde indígena faz, já não é fácil, já é complicado, para os parentes que estão na aldeia e que são acostumados com o cacique, com o pajé, que não têm de escrever nada e o que eu disser é “sim” é “sim” e o que disser é “não” é “não”, isso é um pouco mais difícil. E há uma necessidade muito grande de capacitação dos conselheiros, tanto dos distritais quanto dos conselheiros locais. E a gente vem aí lutando com isso, avançando um pouco, às vezes necessitando avançar mais, mas a gente percebe que em muito avançou desde que o processo começou. Nós ainda estamos engatinhando, mas com um norte, tendo em mente, assim, articulados, conversando. O Fórum dá uma boa possibilidade para isso, de a gente saber a realidade dos nossos parentes, estar vendo as diferenças e nos articulando para a colocar no nível nacional o que está acontecendo em cada localidade. A atuação do CONDISI nas aldeias é a partir dos Conselhos Locais. Em cada aldeia, tem um Conselho Local de Saúde Indígena. Esse Conselho fica ali fiscalizando a questão não só de... não só fiscalizando, mas na verdade fazendo... É que, nessa história do controle social, a gente tem problema ainda no entendimento do papel, na definição de papéis de cada um, quem faz o quê e como funciona. Você tem o indígena que tem lá uma gripe e não precisa nem ir no posto da aldeia, o pajé cuida dele; mas você tem o outro que quebrou uma perna e precisa ser tratado fora do domicílio; você tem um outro que precisa fazer uma cirurgia; outro que precisa de um TFD,



precisa ir para outra cidade... Então, esses Conselhos vêm lidando com essas questões, de explicar isso, como a questão de acompanhantes, e também fazer a ponte dos trabalhos que vão sendo feitos na aldeia. Porque, às vezes, há trabalhos de pesquisa ou mesmo de saúde que não costumam ter retorno ou que são complicados para se entender. E o Conselho Local vai fazendo essa ponte, para explicar, para discutir isso com a comunidade e ver se a comunidade apóia, se a comunidade não apóia. Por exemplo, na aldeia onde eu moro, nós tivemos um pessoal que foi colher sangue. Então, eles iam colher sangue para fazer uma pesquisa e tal. Então, o Conselho Local se reuniu para discutir, porque precisa saber quem é, para que é esse sangue, o que vão fazer com esse sangue, se é para saber se a gente tem doença, quando é que vem o resultado, como é que vai ser feito isso, não é? E, depois disso, autorizou-se lá que o pessoal fizesse o trabalho. Então, esse trabalho nas aldeias é a partir do Conselho Local que cada aldeia tem, pelo menos no caso de Altamira, cada aldeia tem um representante no Conselho Distrital, mas, como a organização dos serviços de cada CONDISI é definida no distrito, é definida pelo pessoal de lá, há localidades em que não funciona assim, porque há muitas aldeias de uma mesma etnia, e a representação acaba ficando por etnia ou por grupos de parentes. Essa organização respeita muito a organização das comunidades indígenas de cada distrito. Aqui: *“No seu ver, qual a contribuição do CONDISI em relação aos indígenas?”*. O que a gente percebe é que tem sido um espaço de construção, de entendimento e de participação social efetiva, apesar das enormes dificuldades que nós encontramos, sobretudo com capacitação, porque o pessoal indígena, sobretudo, precisa... e não só os indígenas, o pessoal das Prefeituras, das ONGs, das localidades, que trabalham e não entendem como a coisa funciona. Então, há uma necessidade muito grande de capacitação, para você cobrar um serviço de uma pessoa. E é um serviço social, um serviço voluntário, todos estão voluntariamente nos Conselhos. Você tem de estar minimamente aparelhado para saber o que vai fazer, pelo menos para fazer bem-feito. Então, a gente vem num processo de aprendizagem, como a gente diz lá no Pará, assim meio na marra, meio na tora. E a gente precisa de fato implementar uma política de capacitação que dê condições de a gente fazer isso de uma forma efetiva, que dê para dar uma contribuição melhor de como é que a política deve ser implementada,



e que as decisões não saiam do nível central, mas que, na verdade, elas venham da base para cá, seja discutido aqui, formatado dentro do que o orçamento permite, a política permite, que as questões daqui permitem, e que isso retorne para a gente, mas com base no que foi definido lá pelas bases. E o CONDISI tem tido um papel muito positivo nisso. Em alguns lugares, mais do que em outros. Mas, tem sido um papel muito importante, porque é um lugar de participação social, é um lugar onde o pessoal da aldeia tem representatividade. Os indígenas que estão do Conselho são aqueles indígenas que vêm das aldeias, que estão sabendo que mal faz faltar um vidro de xarope na aldeia, que estão sabendo que se o motor do barco tiver quebrado alguém vai morrer lá, que as coisas precisam funcionar. Então, nesse sentido, tem sido muito positiva, tem sido enriquecedora a participação nos CONDISIs. E essa contribuição de abrir mais um espaço de participação social para as pessoas que estão na base, dar voz para essas pessoas, eu acho que é uma grande participação e dá condição, a possibilidade de esses parentes dizerem, no final das contas, ou pelo menos tentarem dizer, como é que é para acontecer a saúde dentro das aldeias. No meu ver, as medidas que estão sendo tomadas hoje são positivas, elas já são fruto de discussões do próprio controle social. Já há algum tempo, o controle social cobra da FUNASA um investimento em capacitação nessa área da vigilância nutricional e alimentar, e a FUNASA deu resposta, criando um curso para capacitar o pessoal. A gente entende que essas medidas que estão sendo tomadas são positivas, mas elas não têm resposta imediata, não têm resposta rápida que resolva o problema rapidamente. A sugestão que a gente tem é que essas políticas sejam ampliadas. A FUNASA criou o SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), que, no nosso ver, é um dos melhores programas que a FUNASA criou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - O SISVAN, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional dos povos indígenas, porque ele vem justamente fazer esse trabalho que vai prevenir. Ninguém quer ficar doente. O pessoal, às vezes, na FUNASA brinca: *“Mas o dinheiro da saúde sempre vai ser pouco”*. A gente queria que fosse bem pouquinho, que gastasse pouco, que não precisasse, porque a gente não quer ficar doente, a gente não quer morrer, a gente não quer precisar de



nada disso. A gente acha que você investindo na segurança nutricional alimentar, você investindo na imunização e em outros fatores que... Quando a gente pensar em saúde, a gente precisa pensar que a saúde não é só a ausência de doenças, mas de uma série de outras coisas que deixam a gente doente: a falta de perspectiva de não saber se amanhã esse chão que eu estou pisando ainda é meu; se amanhã eu vou no mato e eu vou ter alguma caça para eu matar para eu comer ou se eu não vou ter; se o meu filho vai ter um peixe para pegar no rio ou não vai ter; se a hidrelétrica vai jogar minha casa no fundo d'água... Tudo isso são fatores que desestabilizam completamente e empurram muitos parentes para o alcoolismo, para o suicídio, para todas essas coisas que são características de desintegração. É como se alguém chegasse aqui para a gente... como se chegasse um ET aqui e dissesse: *"Rapaz, de tudo isso de vocês aí nada presta. Eu tenho tudo o que é bom. Isso de vocês... Carro? Carro é uma besteira. Eu tenho aqui um aparelhinho que eu aperto e eu desapareço aqui e apareço ali. Comer e beber? Não precisa disso. É só você botar esse outro aqui que você já está alimentado"*. Então isso, acho, desestruturaria o nosso mundo e talvez nos colocasse numa perspectiva parecida com a que, às vezes, a gente encontra nas aldeias, que é essa falta de perspectiva, em muitos casos, que leva a respostas, assim, normalmente drásticas e que tem um objetivo, sim, de dizer assim: *"Olha, a gente está morrendo, a gente está desistindo de viver, porque desse jeito, para a gente, não é viver"*. As perguntas do Deputado Resende, em relação à Portaria nº 70, são fato. Esse é o papel dos CONDISIs. Infelizmente, nem todos os CONDISIs estão dando conta de cumprir esse papel. Por quê? Faltam essas condições de capacitação, existem as questões culturais, as barreiras culturais, nós não temos pessoas preparadas para entender a língua dos parentes, para traduzir, para contextualizar; nós precisamos de... nós precisamos também... Temos as questões políticas dos próprios povos indígenas. Hoje nós temos alguns parentes no Mato Grosso que não querem mais estar lá com aqueles parentes. Querem mudar de distrito, querem ir para outro lugar porque brigaram, em se eles ficarem lá, vão se matar. Então, são culturas diferentes, costumes diferentes. Essas dificuldades, aliadas com a falta de investigação em capacitação, com a falta de condição para os conselhos trabalharem... Os conselhos precisam estar aparelhados. Existem muitos conselhos que não têm sequer uma sala, não têm um



computador. Em muitos lugares a sede dos CONDIs não têm Internet. A gente tem as dificuldades. Esses dias, o pessoal passou uma... Nós tivemos uma reunião no domingo, aí me mandaram um *e-mail*. Eu falei: “Rapaz, eu não sei como eu ia ler esse negócio de e-mail. Se passasse um rádio, eu ia receber o rádio, mas o *e-mail* não ia dar para receber”. Então, há essas diferenças regionais. O nosso País é muito grande, a diversidade é muito grande, as condições são muito diferentes em cada localidade. E tudo isso dificulta que os CONDIs cumpram integralmente esse papel. Faltam condições de trabalho, falta capacitação, falta entendimento da política. Nós acompanhamos as mortes das crianças, em 2005. Nós discutimos isso. À época, eu ainda não estava participando do Fórum de Presidentes, mas acompanhei isso a partir de Altamira. E o Presidente do CONDIs, na época, em Altamira, levou essa discussão para nós. Lá nós não temos problemas de desnutrição graves, assim. Eu posso dizer, inclusive em nome de todos os Presidentes, nós conversamos um pouco ontem sobre este momento, que nós temos desnutrição em todos os distritos do Brasil. Mas, como algum parente chegou a dizer, ninguém está morrendo ainda. São problemas que estão sendo contornados, estão sendo tratados, está havendo um suporte. E, agora, com o SISVAN, a coisa tem melhorado bastante. Está tendo um sistema de vigilância, diminuiu a mortalidade infantil, diminuiu bastante de 2000 para cá. A nossa população está crescendo, porque as nossas crianças estão morrendo menos. A gente acompanhou, discutiu e começou a cobrar que houvesse uma política justamente nesse sentido. A gente queria que essa resposta tivesse vindo antes, que essa coisa tivesse começado antes. A gente sempre tem aquele desejo de ter uma resposta rápida, imediata. Infelizmente, não pode ser assim. Apontamos alguns caminhos. E a gente está entendendo que a coisa tem ido no caminho, tem ido no rumo do que a gente apontou, que foi a capacitação para as equipes que estão trabalhando, a criação de um sistema de vigilância, e que se fizesse uma avaliação da situação nutricional das aldeias. A FUNASA, parece, contratou uma equipe, um pessoal que vai fazer um inquérito nutricional nas aldeias ainda este ano. No lançamento desse inquérito, nós tivemos aqui, eu estava presente à mesa e parabeneizei a FUNASA, apesar do atraso histórico de 7 anos. Esse inquérito deveria ter sido feito quando a FUNASA assumiu as ações de saúde indígena. “Vamos



começar, vamos saber o que esse povo está comendo, como é que está a nutrição desse pessoal, como é que é isso". Agora, depois de 7 anos, vamos começar a fazer aquilo que deveria ter sido o início. Também entendo que talvez a FUNASA não estivesse preparada, tivesse condições, naquela época, de estar pensando em tudo isso, como está pensando agora. Eu já disse que existe desnutrição em vários lugares. Em todos os distritos vai haver casos de desnutrição. Mas, realmente, a coisa mais séria ocorreu no Mato Grosso do Sul. Agora, eu fui informado de que no Tocantins também estão tendo alguns problemas. Infelizmente, o Paulo Javaé, que eu convidei para estar aqui, não está, mas ele falou de alguns problemas entre os apinajés com relação à desnutrição infantil. A coisa ficou mais localizada no Mato Grosso e no Maranhão. Bom. Se de fato os CONDIs estão atuando e de fato tem havido resolução das deliberações dos CONDIs, olha, os CONDIs estão atuando dentro das condições e das possibilidades que os CONDIs têm. Por exemplo, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 2.656, que regulamenta os recursos que são repassados fundo a fundo para as Prefeituras para a contratação de pessoal, portaria da SAS. Então, nós temos que discutir isso na base, desde o ano passado. Desde o ano passado é preciso fazer uma reunião no Conselho Distrital para resolver isso. Então, a gente foi... Há todo um trâmite legal, a reunião tem de estar planejada, estar no plano distrital, estar tudo certo para ocorrer. *"Vamos fazer a reunião? Vamos, cadê o combustível para tirar o pessoal da aldeia? Ah! houve algum problema com os cartões de combustível, estava trocando a empresa, combustível só o ano que vem."* Aí, mudou a empresa, veio o combustível... Então, essas dificuldades impedem, muitas vezes, os conselhos de trabalharem. Não há essas condições. Outra coisa; as próprias capacitações. São os conselhos que têm de fazer essas discussões. Mas como é que a gente vai discutir uma coisa que a gente não conhece, que a gente não sabe como funciona, não sabe como é? Então, eu diria que alguns CONDIs estão funcionando, estão atuando bem... Todos estão funcionando, estão atuando, mas esses fatores da falta de financiamento das ações do controle social... A gente tem, inclusive, pleiteado junto à FUNASA que a gente tenha uma rubrica específica para o controle social, porque hoje, dentro de cada distrito, o dinheiro do controle social sai do teto do distrito, sai do dinheiro da atenção básica. Então, se eu estou lá no distrito de onde eu sou oriundo, de Altamira, a gente



tem dinheiro que dá para fazer a reunião do CONDISI, mas vai faltar para as enfermeiras, para o pessoal ir na aldeia, olha, eu, como Presidente do Conselho, ainda entendendo a importância do controle social e de se ter a reunião, eu vou dizer: é melhor a gente não fazer a reunião, mas não faltar atenção básica na aldeia, porque, se for faltar atenção básica na aldeia, pode vir a morrer algum parente. Então, o controle social acaba ficando como um apêndice. E ele tem de funcionar perfeitamente, ele tem de estar funcionando junto, como todo o resto precisa funcionar. Então, temos essa questão, essas dificuldades. A resolução das deliberações do CONDISI, muitas vezes, em muitos casos, essas deliberações têm sido atropeladas. Isso depende muito de como cada CONDISI está organizado, da condição de capacitação que cada CONDISI tem. A gente tem avançado muito com o Fórum, porque a gente tem conseguido fazer algumas capacitações aqui em Brasília ou em outros lugares, quando nós nos reunimos. A gente tem se ajudado. Às vezes, se há um parente que estudou um pouco mais, que conhece um pouco mais, ele vem com aquilo tudo e ensina para a gente. Se há um outro que avançou mais numa área lá no seu distrito, ele passa isso para o Fórum, e aí a gente vai fazendo essa capacitação, que está resultando numa melhora muito significativa do controle social. Mas, em muitos casos, essas deliberações não têm sido respeitadas, porque, às vezes, não têm nem sido entendidas como deliberações. É aquilo que eu disse: no início, em alguns casos, o pessoal ia lá, participava da reunião e não entendia bem que deliberou acerca da própria saúde. *“Isso fomos nós quem decidimos” — “Não, eu estava lá na reunião, aí, uma hora era para levantar a mão, eu levantei a mão”*. Então, essas dificuldades existem, e elas são frutos dessas questões culturais, são frutos da falta de capacitação, são frutos também, em alguns casos, até de falta de empenho dos gestores que estão ali e que não se empenham muito para que esse quadro mude. Sim, em Altamira nós temos tido uma participação positiva. Eu sou suspeito para falar (*risos*), mas eu penso que, sim, que a gente tem avançado muito em Altamira, porque nós conseguimos sair na frente com a capacitação dos Conselhos Locais. Nós conseguimos criar uma metodologia de capacitação que está fazendo com que o pessoal das aldeias, dos Conselhos Locais e do Conselho Distrital entenda como é a política. A gente está conseguindo fazer a tradução e a contextualização do que é o SUS, do que é o subsistema, e a



gente tem usado uma metodologia simples, que é a metodologia da representação simbólica. Os parentes estão representando papéis. Então, os parentes... Nós vamos fazer as capacitações — e elas são feitas a partir de representações.

Nós levamos as leis e discutimos. Já fizemos até sessão de CPI na aldeia, viu? E essa participação tem sido muito positiva, porque o pessoal nas aldeias está acostumado a interpretar papéis. Essa é uma linguagem que é entendida, que é absorvida por eles, porque o xamã, o pajé, interpreta um papel; o líder ritual interpreta um papel; cada um interpreta um papel. Então, interpretar um papel é uma linguagem reconhecida. E a gente tem avançado por considerar essa forma de aprender dos parentes e colocar — pelo menos estamos tentando colocar — essa política dentro dessa linguagem e indo fazer capacitação nas aldeias. Aí, nós contamos com o apoio — depois, com certeza, de muita briga com a chefia do distrito — para que viabilizasse as ações do controle social, para que financiasse, que era a política que estava na lei. E aí nós temos avançado. Temos tido condições de ir às aldeias, de estar com os conselhos locais e de fazer do conselho distrital um local de participação efetiva. Os conselheiros distritais estão entendendo que estão definindo ali como é que eles vão querer ser atendidos, o que é para gente fazer. Nós estamos planejando juntos, e isso tem sido positivo. E a que eu atribuo a situação dos povos indígenas, hoje, com essa questão do alcoolismo, da desnutrição, do suicídio? Todo esse quadro, na verdade, não é um quadro que se deva a um fator só. A gente passa por uma série de coisas que são aparentemente muito desconectadas, mas que, no fundo, passam por aquela questão da desintegração do nosso mundo. Lá na aldeia onde eu moro nós não tínhamos televisão. Até 3 anos atrás não tinha nenhuma televisão na aldeia. Aí, depois, uns pesquisadores foram fazer um trabalho sobre a televisão, sobre essa coisa de imagem, e aí, depois disso, quase em cada casa tem uma televisão e um DVD. A gente não consegue... Quem vê televisão não consegue imaginar tudo o que passa numa TV em uma hora. Um tanto de coisa diferente. Isso mexe com uma série de valores, de coisas. Aí a gente tem a questão do alcoolismo. Vem a insegurança com relação às terras; a insegurança, em Altamira, com relação à construção da Hidrelétrica de Belo Monte: *“A hidrelétrica vai nos matar? Por que o cara aí quer alagar a gente tudo? Por que eles querem afogar a gente? Eles não estão gostando*



mais da gente? Querem matar a gente?" Esses são questionamentos que empurram sobretudo os jovens para o alcoolismo, para as drogas, para a prostituição, para... *"Não, eu vou para cidade. Isso aqui vai alagar tudo, eu não vou ficar aqui."* Então, se deve a essa séria de projetos: a televisão, a questão da demarcação de terras, que é central. Já pensou? Você está num lugar: *"Eu moro aqui, eu nasci aqui, meu pai nasceu aqui, meu avô nasceu aqui, meu bisavô está enterrado ali, mas eu não sei se eu vou poder ficar mais aqui, porque a terra não é nossa, estão invadindo, estão chegando, cada vez mais essa falta de segurança."* Tudo isso influencia nessa situação. Leva ao alcoolismo, leva à desnutrição, leva aos suicídios. A própria questão das crenças também de cada povo, de cada etnia que tem lá as suas crenças. Alguns grupos, por uma questão cultural, têm uma resistência maior. Outros não. Então, todos esses fatores juntos acabam gerando essa questão. Por exemplo, uma coisa que nós trabalhamos nas capacitações em Altamira é que o sistema de saúde do branco ele é só um outro sistema. Antes dele, nós também tínhamos um sistema de saúde. E aí a gente pesquisa um pouco cada etnia, cada grupo do nosso distrito a partir do... no próprio trabalho. Como era a saúde antes? Quem cuidava? Ah! se cortou, qual era o remédio? Quem é que dava o remédio? Como é que tratava? Deu uma gripe, quem cuidava? Como era? Isso vai mostrando para o pessoal: *"Espera aí, nós tínhamos um sistema de saúde"*. Na verdade, esse sistema ainda existe. Esse sistema hoje não é melhor, ele é só um outro sistema, mas que funciona tanto quanto esse. Então, nós temos que entender, ver o que desse sistema nos interessa e o que desse nosso sistema pode permanecer, que a gente deve continuar. Então, basicamente é isso que eu tenho a dizer sobre o que foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Obrigado, Sr. Willian.

Informo que a sessão foi iniciada sem *quorum* para deliberação. Portanto, informo aos Srs. Parlamentares que já foi alcançado o *quorum* e que foi distribuída cópia da ata da 13ª reunião, realizada no dia 9 de abril.

Por isso, pergunto se há necessidade de leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE - Peço que dispense a leitura da ata, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Dispensada a leitura. Agradeço ao Deputado Davi Alcolumbre.

Coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Willian, só para conhecer melhor a questão cultural, o senhor é de qual aldeia?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Eu sou da etnia Xacriabá, mas há 10 anos moro com os assurinís-do-xingu, na aldeia Koatinemo.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Ah, está bem. É porque eu conheço várias aldeias. Como piloto, voei na Amazônia e voei muito ali no Kikretum, A'Ukre, Kuben-Kran-Krên, Gorotire e Baú. Conheço aquela região bem. Muitos amigos, inclusive, até existem por lá ainda, como o Cacique Pitu, Boiti, e tantos outros. Quero aqui, como Deputado Federal, conhecer melhor a questão cultural daquela região. Quando a criança nasce lá na região de Dourados com uma mancha ela é sacrificado dentro da aldeia. E quando nascem 2 gêmeos, também há essa cultura. Por isso é que nós estamos com problema sério com relação às crianças no Centrinho, porque nasceram com deficiências e lá na aldeia eles não são mais aceitos. E aí, quem vai adotar aquela criança? Nós temos o Estatuto do Índio, temos a Constituição. Então, há um problema para se encontrar uma solução. Ali na região dos kaiapós tem essa mesma cultura?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Olha, lá na região de Altamira, nós temos os kaiapós xikrin do Bacajá, mrotidjam, kaiapó, potikro e kararaô. Lá nós não temos esse tipo de costume entre os xikrins, que são os xikrins kaiapós. Mas nós temos costumes semelhantes entre os parakanãs — eu não tenho nenhum parente parakanã aqui, mas eles estão aqui, no Acampamento Terra Livre —, entre os arawetés, e também tínhamos lá na aldeia onde eu moro.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O CONDISI poderia nos fornecer um mapa desta cultura, para que a gente possa ter uma noção melhor com relação ao Brasil?



O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - A gente pode fazer um levantamento com os presidentes dos CONDISI e fornecer isso. Nós não teríamos isso de pronto para entregar, mas podemos fazer esse levantamento. Porque isso passa, Deputado, pela concepção de vida. Hoje, a gente tem uma discussão ética e moral no nosso País, na sociedade ocidental, sobre a partir de quando existe vida. O óvulo que fecundou é vivo, é vida. E essa não é uma questão de ciência, porque ciência é cultural. É uma questão de cultura. Por exemplo, entre os arawetés, a criança só passa a ser gente depois que ela começa a andar. Então, antes disso, ela ainda não é; entre os assurinís, depois que cai o cordão umbilical e alguém sonha com os nomes que ela vai receber. Aí ela passa a ser gente. Antes disso, não é. Então, assim, é um problema sério, mas que tem essas questões aí que são muito difíceis. Porque, socialmente, uma criança dessas que é retirada... A menos que o trabalho de você retirar essas crianças seja, desde o início, voltado para reinseri-las, socialmente, culturalmente, essas crianças estão mortas. Ele está vivo, mas está morto, porque ele nunca vai ser um branco. Ele pode ser criado aqui, mas ele vai ser diferente a vida inteira. E ele nunca vai ser um indígena da etnia dele, porque ele nunca vai ser aceito, não é?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Pois não.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Então, a menos que esse trabalho seja voltado para isso, é um trabalho muito humanista, humanitário, bonito, interessante, mas ele não deixa de ser... A longo prazo, tem uma certa crueldade embutida nele também. Mas a gente pode fazer esse levantamento e repassar.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O senhor trouxe para esta Comissão um dado importante, que é o SISVAN, que eu não conhecia. É o Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional. Depois, para nós ganharmos tempo, se você puder nos enviar mais informação sobre esse programa, que eu acho interessante, inclusive com relação ao combate à subnutrição, eu ficarei muito grato com as informações que você nos fornecer.

E a última pergunta, para encerrar, Sr. Presidente: você disse, Willian, que o CONDISI delibera sobre recursos. Ele também faz o acompanhamento da aplicação desses recursos? Por que eu pergunto? Porque nós estamos vendo alguns convênios com algumas ONGs, que precisam ser melhor explicados. O Ministério



Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, todos vão de forma contrária a esses convênios. Eu, particularmente, penso também diferente desses convênios. Como eu canso de repetir: saúde, educação e segurança é dever do Estado. Não têm que ser terceirizados, e nem a responsabilidade. Então, o que o CONDISI acha desse... Mas também não é só o que eu penso que eu vou relatar. Eu quero estar convencido de que esses convênios com essas ONGs, às vezes, também podem ser interessantes. Por isso é que eu insisto na pergunta sempre que vem alguma testemunha: qual é a posição do CONDISI — a pergunta é essa — com relação aos convênios com as ONGs que terceirizam a prestação de serviço?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Olha, hoje, a posição dos CONDISIs... Eu não posso falar de todos os CONDISIs, porque cada CONDISI tem, lá sua autonomia. Mas a posição do fórum, que conta com o presidente de cada um desses CONDISIs, é que nós somos — nós hoje temos documentos lá no Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde está regulamentando um recurso, que é repassado para a Prefeitura —, é que nós somos contrários a toda e qualquer movimentação no sentido de terceirizar ou municipalizar a saúde indígena no País. Nós entendemos que a saúde indígena é dever do Governo Federal. É isso que está em lei, é isso que está garantido. E o próprio Governo Federal tem que dar um jeito de fazer a execução. A gente vem pleiteando que a FUNASA faça a execução direta, mas aí o Ministério do Planejamento não libera que a FUNASA contrate pessoal. Aí o Ministério Público do Trabalho diz que tem que acabar com essa contratação terceirizada, mas, por outro lado, não autoriza fazerem os concursos para contratar o pessoal para fazer. Hoje a gente está pleiteando o quê? Autonomia política, administrativa e financeira de cada distrito, para que esse distrito, que é um outro problema... E os senhores são políticos, e por isso me desculpem, mas são as indicações de chefes de distrito, por exemplo, que é uma função altamente especializada, mas: *“Ah, ganhou o fulano de tal. Eu vou botar o cara do meu partido, porque ele é do meu partido”*. Aí você perde um técnico, entra alguém do partido, você perde o trabalho e passa por uma série de problemas nos distritos, nas coordenações. Esse é um problema do nosso País como um todo que nós precisamos resolver. Então, hoje, a posição dos conselhos é em relação a que a saúde indígena seja executada de forma direta pelo Governo Federal.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quer dizer que o CONDISI defende que haja na FUNASA um programa de planos de cargos... de carreiras e salários e o concurso público, para que o Governo diretamente preste serviço nas comunidades indígenas. É essa a posição do CONDISI?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Passo à lista de inscritos para debate.

Cada Deputado inscrito terá o tempo de até 5 minutos para fazer as suas indagações, dispondo o convocado de igual tempo para a resposta.

Passo a palavra ao Deputado Cleber Verde e, na seqüência, ao Deputado Edio Lopes

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Eu queria, Sr. Presidente, solicitar informações ao nosso convidado, o Sr. Willian, mais ou menos direcionadas à questão do que foi colocado pelo nosso Relator referente aos recursos. Pelo que V.Sa. acaba de colocar, o Conselho não tem autonomia financeira. O distrito, sim, tem os recursos. E o Conselho, para se dirigir, por exemplo — o seu distrito, onde V.Sa. acabou de colocar que tem tribos que ficam a 9 dias da sede... Esse deslocamento do Conselho, portanto esses recursos oriundos para essas viagens, o distrito é que faz esses repasses, não é? Então, o Conselho, o CONDISI não tem nenhum tipo de recurso financeiro, não gere recurso, depende direta, única e exclusivamente do distrito.

Eu queria fazer uma pergunta a V.Sa. no sentido de nos informar... Aqui nós ouvimos várias pessoas ligadas à questão... preocupação com a questão indígena. Um assunto me chamou a atenção e eu queria saber se o CONDISI tem... no distrito de V.Sa. aconteceu o caso de alguma tribo, referente a esse tema que foi nos colocado, quando, por exemplo, em alguma tribo, crianças que nascem e porventura venham acometidas de Síndrome de Down a tribo vem a matar aquela criança, muitas vezes, por afogamento. Casos em que a mãe tem filhos gêmeos, um é considerado mau, o outro bom. Portanto, um tem que ser sacrificado. A gente sabe que é uma questão cultural, mas nós entendemos que acima da questão cultural está a questão da vida. Nós temos aí o Estatuto da Criança e do Adolescente que



protege as crianças e tudo. O que o Conselho, o seu Conselho, o CONDISI — são 34, e V.Sa. fala aqui do seu distrito. Eu queria saber se no seu distrito tem casos dessa natureza em alguma tribo, se V.Sa. tem conhecimento, de fato, dessas informações e o que V.Sa. poderia nos informar como o Conselho está atuando para interagir de forma cultural, para não tirar a questão cultural, que é relevante na comunidade, mas que choca por ser uma questão de direitos humanos. Portanto, se V.Sa. identifica que existe algum caso de seu conhecimento, e o que o CONDISI, a nível federal... V.Sa. faz parte do distrito do Pará, é o presidente do conselho no Estado do Pará. Seria isso, não?

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Da cidade de Altamira. Tem 4 distritos em Altamira.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - No Maranhão tem 1, se não me engano.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Isso.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - São 34, no geral. Existe um conselho federal desses CONDISIs...

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - É o Fórum de Presidentes.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - O Fórum de Presidentes. Esse fórum tem autonomia financeira? A discussão desse fórum, desse conselho está... A decisão que sai, em âmbito nacional, é de fato através de diálogo, entendimento com cada fórum local de Estados, que se reúnem para discutir a política de atenção básica à questão da saúde indígena? E se V.Sa. poderia nos informar como está a questão. É do seu conhecimento? Tem alguma informação de como funciona a questão do CONDISI — é uma pena, não foi convidada para estar aqui a do Maranhão —, V.Sa. tem alguma informação referente à atuação do CONDISI no Estado do Maranhão?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Magalhães) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu começo perguntando qual é o nome da ONG responsável pela prestação de serviço à saúde indígena no seu distrito.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Respondo agora?



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sim, por favor.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Lá nós não temos contrato com ONG, temos contrato com a Prefeitura Municipal de Altamira.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Faz bem.

Eu começo dizendo, Sr. Presidente, que o Dr. Lucas Furtado, que é o Procurador-Chefe junto aos procuradores no Tribunal de Contas da União, em uma entrevista ao jornal *O Globo*, agora, no começo de março, afirmou que, de todas as ONGs que prestam saúde na área indígena, “*se uma única tivesse aplicado corretamente os recursos, que deveria o seu nome ser encaminhado ao Vaticano — palavras do procurador — para ser canonizada*”. Chama-nos a atenção, porque enquanto o Brasil disponibiliza algo ao redor de pouco mais de 100 reais para a saúde de cada brasileiro, no caso da saúde indígena esse número chega a 8 mil reais, se levarmos em consideração que, o ano passado, foram aplicados 3,4 bilhões de reais em saúde indígena no País, tendo como base quatrocentos, quatrocentos e poucos mil indígenas. Aí, devemos ver que há sempre uma superestimação nesses números por parte de organizações não governamentais, FUNAI, Igreja etc. Então, é um número que nós deveríamos ter saúde de primeiro mundo nessas aldeias.

A minha pergunta é: o senhor também concorda que as ONGs não estão aplicando esses recursos corretamente, como afirma o Dr. Lucas Furtado, Procurador-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União?

Outra pergunta: muito se fala — muito embora os principais líderes das forças militares se recusem a discutir essa questão — que na Amazônia deveriam esses recursos serem alocados junto principalmente ao Exército, para que as Forças Armadas prestassem esse tipo de serviço, haja vista que as nossas Forças Armadas dispõem de pelotões em diversas regiões, sobretudo nessa fronteira mais desabitada e tem toda uma infra-estrutura, porque sabe-se que grande parte dos recursos transferidos a ONGs vão para aluguel de casas nas cidades, para compra de veículos, enfim, para uma infra-estrutura de que o Exército já dispõe. E eu pergunto se o senhor, com o conhecimento que tem da Amazônia, concorda ou não que deveria ser feito um estudo e parte desses recursos serem alocados para as Forças Armadas.



Questão do infanticídio. Em Roraima, a comunidade indígena Yanomami é praticante contumaz dessa prática. Mas também temos informação — e o senhor falou aqui que também na sua região tem algumas etnias que a praticam — e sabemos que em Roraima há como que uma omissão da FUNAI e dos agentes, missionários e outros que lá estão, em nome do respeito a essa cultura, de não interferir, mesmo sabendo, de antemão, que aquela criança seria, vamos dizer, assassinada. Eu narro aqui rapidamente, com a devida vênua do Sr. Presidente, uma narrativa de um missionário lá na área Yanomami, no alto do Rio Urariquera: uma criança já com 2 ou 3 anos veio a fraturar uma perna. Ele sabia que a família iria levá-la a um lugar ermo e abandoná-la, e assim ocorreu, e nem assim houve qualquer interferência. A pergunta é: a FUNAI, na sua região, quando entende ou quando ver que estar prestes a acontecer isso, se há interferência dos agentes da FUNAI para evitar.

E, por último, presença de estrangeiros na sua região. Se há e, em havendo, quem controla o que e o que estão fazendo e quem está dentro dessas áreas. Essas são as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Passo a palavra ao expositor para responder às perguntas do Deputado Edio Lopes,

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Bom, eu sigo a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Como V.Sa. desejar.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Bom, tem uma pergunta aqui que quase que se repete com relação ao infanticídio. Bom, eu vou dizer logo em relação à nossa região. Eu moro numa aldeia que praticava isso, mas que, já há mais de 10 anos, não pratica mais o infanticídio, porque tem tido um trabalho, primeiro, de conscientização, porque lá é uma comunidade em que a pajelança é uma coisa muito forte, muito presente na vida diária, o nosso mundo, os espíritos, é tudo junto. Para ter as pajelanças, o pajé, o homem, sempre precisa da mulher, que é o iratimbé, para dançar com ele, e a mulher só pode dançar se ela não estiver grávida. Então, isso era uma prática. Está grávida, fala: *“Ah, não, não quero esse filho”*. Pega um pau, vai lá, bate na barriga, tira, acabou! Isso vem mudando. Como? Com o trabalho de conscientização, que não resolve o problema da noite para o dia, mas que resolve. E uma coisa que foi muito importante na nossa aldeia é que uma



menina nasceu, e ela até já faleceu, uma senhora já, 2 anos atrás. Mas ela era deficiente física, ela tinha problemas de locomoção, ela não cresceu, ela tinha um grau de estrabismo muito grande e ela foi aposentada. Então, ao invés de ser um estorvo para o grupo, ela passou a ser uma fonte de recursos financeiros para a família. Então, eu acho que nesses casos, se existir uma política, uma forma desse pessoal, que tem direito à aposentadoria, pelo menos ver a aposentadoria para esse pessoal, olha, isso já ajuda muito. Já é... E também um trabalho de conscientização, porque nenhuma cultura é estática. Posso dizer por Altamira que a FUNAI interfere, a FUNAI não permite, mas não é aquela coisa de: *"vai lá, pega o cara e prende"*. Não, não pode. É o trabalho de conscientização. Temos lá algumas crianças que foram enterradas. Porque não é um processo fácil de você interferir. Porque eles já sabem que existe toda essa disposição de não permitir. Então, a mulher está lá grávida, é indesejado ela pega e vai no mato e fala: *"Eu vou no mato, eu vou no banheiro"*. Ela sabe que ela vai parir. Ela chega lá, ela tem a criança, cava um buraco, enterra e volta sem menino. Então, nós temos lá algumas crianças que foram tiradas de dentro do buraco. O pessoal diz: *"Olha, voltou sem. Corre, vai lá e tira a criança"*. Algumas foram salvas. Então, é um trabalho de conscientização e que muda, sim. Lá a FUNAI interfere, não aceita, não permite. Tem um trabalho dos chefes de postos nas aldeias onde têm... Infelizmente, a FUNAI também está necessitando de uma reestruturação, de poder contratar pessoas. Existe um trabalho, sim, e nos CONDISIs com toda certeza a gente tem feito esse trabalho de conscientização, de que o caminho não é esse. Nós respeitamos a cultura de todos os parentes, a nossa própria, mas a gente entende que nenhuma cultura é parada no tempo. A gente não é... nós não somos elementos de museu, a gente muda. O povo Xakriabá, do qual eu sou filho, não fala mais a língua xakriabá há quase 200 anos. A gente não mora mais nas casas de palha, a gente não fura mais o beijo, a gente mudou, a gente está mudando. E se a gente pode mudar em algumas coisas, por que não mudar em outras? Então, existe, eu não consigo, pelo menos assim pela experiência que eu tenho dos locais onde tenho estado, tenho dificuldade de aceitar que em algum dos setores exista a questão de simplesmente fazer vista grossa. Eu sei que lá o yanomami tem uma dificuldade maior ainda porque eles são seminômades. Então, é difícil você acompanhar os yanomamis nas andanças, e isso



é uma coisa difícil de controle, é de fato um problema. Mas, é possível, a gente tem procurado enfrentar. Na nossa região, em Altamira, esse é um problema que nós enfrentamos. De vez em quando há algum caso entre os arawetês. Mas, ainda assim, nos últimos 5 anos a gente teve um caso de uma menininha que foi enterrada e o próprio pessoal da FUNAI foi lá e tirou a criança, levou a criança e salvou a criança. E hoje a criança já está com 5, 6 anos de idade. Então, existe essa preocupação, o trabalho de conscientização. Quando nós vamos para as capacitações nós vamos falando... a gente faz uma linha do tempo de 1500 até hoje, quantos nós éramos em 1500, quantos nós chegamos a ser antes da Constituição...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós não sabemos quantos índios tem hoje, com todo recurso. Isso é exercício...

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - *(Risos.)* É, mas é o que pode ser feito, pelo menos para mostrar que a gente tem ter uma política de crescimento, nós precisamos crescer nas aldeias e não matar as crianças. Um forma de dizer: *“Olha, para nós voltarmos a ser forte, para gente voltar a continuar exercendo a nossa cultura, a nossa soberania a gente não pode fazer isso”*. Então, a gente tem procurado fazer isso. O CONDISI no Maranhão não estava funcionando. O CONDISI do Maranhão começou a ser estruturado a partir do ano passado. E foi justamente o fórum de Presidentes, através da Coordenadora-Geral, a Carmem Pankararu, que esteve lá com o pessoal do Maranhão e eles reformularam e começaram novamente o CONDISI do Maranhão. O CONDISI do Maranhão tem menos de 1 ano de organização. Então, eles estão começando a funcionar agora, por uma série de dificuldades que tem no Maranhão. São muitas dificuldades. Tinha a lá questão com ONGs, com os próprios indígenas, com traficantes, muitas dificuldades nas aldeias. Tem muito problemas lá, e tem menos de 1 ano que o CONDISI do Maranhão foi organizado. Hoje o Presidente do CONDISI é o José Arão Guajajara. Infelizmente ele não pôde estar aqui em Brasília nesta oportunidade. Eles estão começando a organização do CONDISI; já está organizado, já tem um presidente. E nós apresentamos, neste final de semana, para a FUNASA uma proposta de capacitação dos conselhos locais das aldeias do Maranhão. Então, está começando a organização do CONDISI do Maranhão. Ficou parado, não andou, o atendimento de saúde lá estava realmente um caos. Já desde 2005, se não engano,



começaram algumas tentativas, mas a coisa ficou violenta lá, até entre os próprios indígenas, a questão da participação, quem pode ir, que não pode, quem vai, quem não vai. E no ano passo se conseguiu chegar a um consenso, eles se organizaram, o CONDISI está organizado, tem um representante. E estão começando com o processo das capacitações. Está realmente bem... Se os outros ainda têm muito para andar, o Maranhão está saindo bem atrás nesse processo, porque só no ano passado que foi organizado. Já tinha sido organizado antes, mas a coisa desandou, teve alguns problemas. Bom, com relação à questão das ONGs. Olha, como eu disse, lá em Altamira o contrato, o nosso convênio é com a Prefeitura Municipal de Altamira e a Prefeitura lá... O nosso convênio é um convênio em que a execução da Prefeitura é mínima. A única coisa que está no convênio é contratação de pessoal, porque a FUNASA não pode contratar, e manutenção da CASAI. Porque aí é aquela questão de negociação. Se você chega para o Prefeito e diz: *"Você só vai contratar o pessoa da saúde indígena"*. Aí ele diz: *"Então, não vou fazer convênio, não vou fazer contrato com você"*. Aí você vai ter que procurar ou um outro município, ou uma ONG qualquer para fazer esse contrato, essa convênio. Porque a FUNASA não faz a execução direta. Então, a gente tem muitas ONGs... Eu não quero defender as ONGs. Eu acho que, como foi dito, todas as ONGs têm problemas, mas é preciso considerar que muitas dessas ONGs elas foram empurradas para essa situação por conta da própria política, dessa política de assistência, dessa terceirização como o senhor colocou. Elas não estavam, muitas vezes, preparadas para gerir esse recurso. A história das prestações de contas, como é, como é que não é. Então, você tem às vezes o valor... O que acontece é que muitas vezes a FUNASA não manda o recurso e a ONG que está lá fazendo ela precisa se virar para continuar prestando a assistência. Aí ele compra para pagar depois. Aí, quando vem o valor, que chega atrasado, ele já não pode pagar aquilo porque tem o problema de...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - De licitação.

O SR. WILLIAN CESAR LOPES DOMINGUES - Exato. E aí eles vão... isso vira uma bola de neve. Mas, eu concordo com o Deputado em que a situação é muito complicada. Eu não tenho, assim, conhecimento com muitas ONGs, porque lá em Altamira nós sempre trabalhamos com a Prefeitura. Tivemos um problema de valores sobrestados, de má aplicação de recurso em saneamento há alguns anos. O



Prefeito na época foi acionado na Justiça, nós denunciemos, ele foi acionado pela FUNASA na Justiça. E aí está correndo para ver se ele devolve lá o dinheiro do saneamento, que ele não aplicou e que a gente não sabe para onde foi. Com relação aos CONDISIs, a gente tem muita dificuldade de acompanhar isso porque o CONDISI é formado por indígenas, a maioria, por trabalhadores da Saúde e pelos gestores. A gente não tem um corpo... O CONDISI não tem um corpo técnico. E, às vezes, isso é muito complicado, são muitos... Normalmente, quando a gente percebe que tem algo acontecendo, a gente solicita que a FUNASA faça uma auditoria para que se levante aí se tem ou se não tem algum problema. Mas não é um acompanhamento fácil porque a gente não tem toda essa formação, essa condição de fazer esse acompanhamento. A gente precisa ter, talvez, mais capacitação. E eu não sei se resolveria porque é realmente muita, muita coisa. Com relação à história das Forças Armadas, eu acho que talvez exista algum entrave, em termos de legislação, porque me parece que as Forças Armadas... eu não sei se elas poderiam receber recursos do Governo Federal, porque Governo Federal também... para fazer... parece que não pode passar de uma esfera para mesma. Eu não sei se pode. Hoje, na região de Altamira, nós estamos com problema com as pistas de pouso. Todas as nossas pistas de pouso estão proibidas de pouso e decolagem pela ANAC, porque nenhuma delas tem o tal do registro. E são consideradas como pistas clandestinas. Então as empresas não querem fazer contrato com a FUNASA porque não vão pousar numa pista clandestina. Então nós acionamos a FUNAI e o Ministério Público para que eles vejam uma forma de regulamentar, regularizar essas pistas. Então hoje nós contamos, na região de Altamira, com o salva-aéreo. Quando nós precisamos de uma remoção de emergência é o pessoal da Aeronáutica, lá de Paraçá, de Manaus, que sai no helicóptero e vai lá para fazer esse atendimento. E assim, se não fossem eles, nós já teríamos perdido alguns parentes, algumas pessoas. Eu acho que poderia dar certo, Deputado. Eu acho que poderia dar certo, eu não sei se tem essa coisa, mas acho que seria perfeitamente possível. Não sei também porque a Lei nº 8.080, que cria o SUS, vincula todas as ações de saúde ao Ministério da Saúde. Por isso, a saúde indígena saiu da FUNAI e passou para FUNASA, que é ligada ao Ministério da Saúde. Então eu não sei como é que seriam aí os entraves. Mas eu acho que é possível, uma vez que as Forças



Armadas estão presentes em toda... não só na Amazônia, mas em todo o País. Talvez gerasse algumas dificuldades no Nordeste e no Sudeste do País, onde também tem uma população indígena grande. Eu já falei com relação ao infanticídio, que tem interferência da FUNAI em Altamira, eu posso afirmar que sim. Pelas falas dos colegas, dos presidentes, na maioria dos distritos também o yanomami tem essas dificuldades que eu já coloquei, mas hoje existe com a força da questão dos direitos humanos, dos direitos das crianças... a gente tem avançado bastante nessa questão. E essa história de cultura intocável, a gente tem avançado um pouquinho dessa história de bom selvagem. Na nossa região nós não temos nenhum estrangeiro em Altamira fazendo nada lá com relação a indígenas e a qualquer outra coisa, em Altamira. Eu sei que tem em alguns outros lugares, em alguns outros distritos têm estrangeiros trabalhando, mas lá, na nossa região, nós não temos ninguém trabalhando com nenhum projeto. Tivemos, há alguns anos, o pessoal de uma empresa que comprava óleo de castanha, que era... acho que era *Body Shop*. Mas saiu de lá, teve um desentendimento com as lideranças indígenas, foi embora de lá. Então não tem nenhum... ninguém de fora do País trabalhando lá, com relação a isso. Não temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Eu queria, antes de passar a palavra ao próximo Deputado inscrito, nós temos 2 Deputados, Deputado Madeira e Deputado Joaquim Beltrão, inscritos para... Só que já deu 16h. Daqui a pouco, o Presidente determina, como ele diz, que se encerrem os trabalhos nas Comissões.

E eu queria solicitar ao Sr. Willian e aos Deputados que a gente pudesse, no limite de 5 minutos, fazer a pergunta e a resposta, para que a gente pudesse não ser interrompido por decisão superior da Presidência.

Deputado Madeira.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Nós queremos dar as boas-vindas ao nosso convidado, Sr. Willian, que discorreu muito bem sobre a situação e a vivência do índio por quem conhece.

Eu sou um dos autores do requerimento que instalou esta CPI, e o espírito da instalação desta CPI era justamente trazer um esclarecimento, uma luz sobre a questão da saúde, das carências alimentares das populações indígenas do Brasil.



Eu sou do Maranhão, onde tem um enorme contingente indígena, múltiplas etnias e nos mais diferentes estágios. Inclusive esta CPI estará instalada em Imperatriz, no Maranhão, na quinta e na sexta-feira, e o Presidente do CONDISI do Maranhão, o Vereador José Arão, de Grajaú, é um dos convocados para falar na quinta-feira lá em Imperatriz, além de muitas outras lideranças indígenas, representantes da FUNAI, da FUNASA, do DSEI — Distrito Sanitário Especial Indígena.

E uma coisa que V.Sa. disse aí que bate com aquilo que é o nosso pensamento e que achamos que é uma das razões das dificuldades por que passam as populações indígenas; mas, de um modo geral, o Brasil passa por um aparelhamento da máquina administrativa. Quer dizer, e quando esse aparelhamento é feito na FUNAI, na FUNASA o custo é muito maior porque reflete na saúde de pessoas que, às vezes, não têm o entendimento disso.

Você pega... E por indicação política, um determinado partido passa a apoiar o Governo e, às vezes, tira alguém que está fazendo um bom trabalho, mas tem que colocar alguém porque, naquele determinado momento, está apoiando o Governo. E o resultado é o que acontece aí, que explode, como foi lá em Dourados, mas que ocorre cotidianamente com menos visibilidade no Brasil todo.

Quer dizer, além da enorme burocracia, a própria lei, para evitar a corrupção ou tentar evitar, cria dificuldades de funcionamento: a FUNASA não pode contratar gente, a FUNAI não pode, aí contrata uma fundação da UnB, que pega os recursos para os yanomamis, há milhares de quilômetros e transforma tudo em vinho de excepcional qualidade e alto preço e jantares nos restaurantes de Brasília.

Então eu praticamente não quero fazer pergunta, quero só fazer essas colocações, e a razão... Quando foi instalada esta CPI foi preciso até um mandado de segurança porque achavam que aqui ia ser feita uma disputa política. E, ao longo do funcionamento da CPI, tem-se mostrado que aqui não é disputa política. Quer dizer, têm vindo as pessoas, as autoridades — os procuradores, as lideranças —, e colocando, e eu tenho certeza de que vamos dar uma contribuição com o relatório final desta CPI, que vem sendo muito bem conduzido pelo Presidente Vital, para que a gente possa melhorar um pouco, dar alguma luz para que melhore a situação de



saúde e de alimentação das populações indígenas do Brasil, no nosso caso, do Maranhão, que é o nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Deputado Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Eu gostei muito da fala do Sr. Willian, mostrando segurança e conhecimento sobre o que faz e sobre a questão do CONDISI e todo trabalho que vem a ser fruto de uma dedicação, porque ninguém faz nada sem dedicação, sem empenho, sem vontade de fazer e de querer acertar. Então, gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho e pela sua forma de falar, de mostrar e transmitir essa segurança. E isso é fruto do seu trabalho lá, com certeza.

E que esta CPI não sirva, como foi dito pelo Deputado Madeira, que me antecedeu, que seria uma disputa entre Situação e Oposição, mas que sirva para tirar alguns exemplos, para que a FUNAI e a FUNASA e o povo brasileiro, de forma geral, possam atuar na questão indígena.

Os sintomas da questão indígena que vemos, assim, mais aflorando, são os mesmos sintomas da pobreza, na minha opinião, a meu ver. É a pobreza entre os índios, é a pobreza entre os pobres que vivem nos diversos bairros e comunidades do Brasil. São questões parecidas, questões de saúde, questões de desnutrição, questão de perspectiva de vida e de futuro.

Você falou que o índio fica vendo televisão, que hoje cada casa tem a sua televisão. E há um choque cultural entre o que é o índio ali, na sua aldeia, e o que é a vida lá fora, pela tela da televisão, pessoas muito bonitas, muito produzidas, e com idéias e propostas bem diferentes da realidade indígena. E todo esse choque de cultura vai, cada vez mais, agravar a situação atual, no meu entender.

O alcoolismo: se lá o índio vê lá fora, e cá dentro, qual a perspectiva que ele tem de vida, de futuro? O que vai ser amanhã?

Você falou da questão da segurança sobre as suas terras; a demarcação de suas terras; ter suas terras para o futuro. Mas aquela aldeia, com certeza, vai crescer, vai aumentar, algumas pessoas irão sair da aldeia para ir para o mundo civilizado, vão se tornar um cidadão comum qualquer. Como existe hoje aquela máxima de que, quando do descobrimento do Brasil, havia 800 milhões, hoje são



400, a metade. É porque também muitos índios foram para a civilização, principalmente no Nordeste brasileiro e no Sudeste. Foram para a civilização, e hoje o Brasil é uma miscigenação, é o sangue indígena presente na maioria do povo brasileiro. Com exceção é claro, do japonês, que é uma raça pura, dos italianos e alemães que vieram para o Brasil. Mas os brasileiros descendentes dos portugueses são miscigenados com os índios e com outras raças que por aqui passaram.

Mas eu vejo a questão do indígena mais pela questão hoje da pobreza, que é a falta de perspectiva de vida, de convivência, de querer saber o que vai ser amanhã.

Quando aos gastos que se está tendo com a questão indígena, foi falado que se gasta 8 mil reais por índio, enquanto que, para o povo em geral, são 100 reais por cidadão. Talvez, quando você fala: "*Vamos descentralizar os recursos*", é uma decisão sábia. Descentralizar os recursos, sim, Vamos ver como gastar melhor. A questão é que, infelizmente, o estatuto dos funcionários públicos etc...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO - Talvez enganche aí. Aí tem que ter funcionário, tem que ter concurso, tem que ter isso, aquilo... Tanta burocracia, tanta gente para mandar, tanta gente para pensar, tanta gente pra fazer, e termina não se chegando a nada. Gasta-se muito dinheiro e não se chega a lugar nenhum.

E, no meu entender, também vejo o índio como sendo usado. Usado de uma forma geral, usado pelos ambientalistas, que querem que o índio continue índio, continue na sua cultura, no mundo de sua cultura, para poder proteger a natureza, para que a natureza seja preservada, que continuem com sua religião, que continuem com sua forma de pensar, sua forma de viver, mesmo que tenham que sacrificar crianças, como acontece em alguns casos, apesar de isso estar mudando. Mesmo que tenham que fazer tudo o que choca a alguns.

Por exemplo, vimos na televisão, lá, os muçulmanos, que tratam a mulher como um ser inferior, que tem que andar com uma roupa, só com os olhos de fora, em alguns casos, nem com os olhos de fora. Isso choca o mundo, enquanto que a questão indígena não choca o mundo através da imprensa, pelo que é divulgado, porque o índio faz um serviço, que, no meu entender, é preservar a natureza. Então, vamos dizer que está ruim, mas vamos deixar ruim mesmo, porque, mesmo sendo



ruim, a natureza vai ficar intocada, vai-se preservar para a futuro. E, aí, venha-se a usar os índios para isso.

Eu acho que todo mundo tem direito ao desenvolvimento; todo mundo tem direito a mudar a vida; todo mundo tem direito à perspectiva de vida; todo mundo tem direito a crescer na vida e ter novos horizontes, novos mundos. O mundo vem evoluindo, vem mudando, e não podemos condenar o indígena a ficar para trás, a ficar à margem de tudo isso. Não se pode ficar sempre à espera de que a FUNAI mande um médico, de que a FUNAI mande cesta básica, de que a FUNAI diga que o índio não pode beber e proíba que seja mandado álcool para lá, bebidas etc. E ficar sempre esperando onde é que está o culpado. O culpado talvez esteja em tudo isso, no modelo que é feito para que o indígena viva e seja preservado.

Eu acredito que os indígenas são brasileiros, se consideram. E a questão da integridade do território nacional é feita por vários fatores, por um povo. E um povo é unido pela sua cultura, pela sua religião, pela sua maneira de ser, pelo seu pensamento. E nós, brasileiros, temos que nos unir dessa forma, senão, quando chegar no futuro, os índios vão ser usados de novo: porque a cultura é diferente, vamos preservar, e tem que ser um outro país, um outro mundo, e vamos colocar em dependência aquela região, por lá haver índios com sua cultura diferente da nossa cultura brasileira. Temos que nos integrar.

Temos que nos integrar porque nós somos um povo só, nós somos uma única nação, nós somos um único pensamento, nós somos um único povo. E o povo tem que se unir pelo que é, e não se unir apenas por uma certidão de nascimento, se unir pelo que nós somos. E nós somos integrados, o índio, o branco, o amarelo e o negro; integrados por sermos brasileiros, pela questão cultural como um todo.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria que esta CPI servisse para que a gente pudesse começar a alertar sobre a questão de como planejar a questão indígena, como melhorar o aproveitamento de recursos para ela, ouvindo, naturalmente, aqueles que trabalham com isso, ouvindo, naturalmente, aqueles que lá estão, que sabem lidar com a questão indígena. Eu acho que, dessa forma, conseguiremos um aproveitamento muito melhor.

Agora, não concordo com o que você disse, que o político indica lá o chefe de um setor, e tal. Isso não é assim que funciona. Na verdade, aquela pessoa que quer



ser chefe é que procura o político e diz: *“Olha, eu quero ser chefe dali, e tal”*, e bota na cabeça do político, bota na cabeça, bota na cabeça, até que consegue influenciar o político para pedir, não é? Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. E é assim que funciona. Então, vocês têm, também, que pegar do mesmo jeito: *“Não aceito ninguém aqui diferente do que o índio quer, do que nós queremos; queremos é esse”*. E começar a se impor também, porque, com certeza, se um consegue furar a barreira, outros se animam para furar também. Atrás de uma gratificação, atrás de uma vantagenzinha que ele queira, ele consegue politicamente influenciar porque é amigo de um Vereador, que é amigo do Deputado, do Prefeito etc. Chega lá em cima e consegue essa indicação.

Mas gostaria de parabenizá-lo pela sua exposição, pela sua convivência, pela sua segurança e pela dedicação no seu trabalho que, tenho certeza, você tem. Mas quero deixar aqui que esta CPI sirva para que a gente possa nortear melhor a questão indígena para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Já que os Deputados Sebastião Madeira e Joaquim Beltrão fizeram apenas considerações, e não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao depoente Sr. Willian César Lopes Domingues para as suas considerações finais.

O SR. WILLIAN CÉSAR LOPES DOMINGUES - Quero agradecer a oportunidade de poder ter vindo aqui. Espero ter contribuído. Fico emocionado de estar na Câmara dos Deputados do meu País. Eu sou indígena brasileiro. Nós, povos indígenas do Brasil, não abrimos mão de que somos brasileiros. Somos brasileiros, Deputado, e não abrimos mão disso. Depois de 500 anos, nós não vamos abrir mão de ser brasileiros. Ninguém vai fazer a gente ser outra coisa não. Agradeço a oportunidade. Parabenizo todos os Deputados pela CPI. Acho que soma muito, que traz visibilidade, que mostra, que expõe. Como o Deputado falou da questão dos culpados, nós também temos as nossas culpas, nós também temos a nossa responsabilidade e nós queremos mostrar para o nosso país que temos condições de arcar com elas. Nós queremos participar, mudar no que precisamos mudar, trabalhar com o nosso povo, com os nossos parentes, construir um Brasil diverso, um Brasil que nos aceite como nós somos, um Brasil que dê condições de a gente participar, que dê condições de ser um país como ele é, um país da



diversidade, um país de pessoas diferentes que se respeitam. Estamos construindo este País há 500 anos. Nós ainda não o terminamos. Passamos um tempo difícil, um tempo complicado. Agora, começamos a andar um pouco mais. Isso alegra a gente. As coisas também estão melhores nas aldeias, mas ainda temos muito para avançar, muitas dificuldades, mas alegra-nos ver que o nosso País, que os nossos Deputados estão olhando para nós. Há alguns anos, uma CPI ou o que quer que fosse que falasse de indígena, só quando os parentes pegavam nos tacapes, pegavam nas bordunas ou quando o Mário Juruna, xavante, pegava o seu gravador e vinha para cá para a gente ouvir falar alguma coisa dessa temática. Eu acho que isso mostra que estamos amadurecendo como nação, como povo, crescendo. Eu agradeço. Espero poder ter contribuído. Eu me coloco à disposição de todos os senhores. Coloco também o fórum dos Presidentes do CONDISI à disposição dos senhores para qualquer outro esclarecimento que a gente puder fazer aí não só com relação a esta CPI, mas com relação a qualquer outra questão que esteja envolvida com a saúde indígena. Se pudermos contribuir e colaborar, estamos à disposição. Agradeço muito aos senhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) - Sr. Willian, em nome desta Comissão, tenha o nosso reconhecimento da participação importante e significativa que V.Sa. traz a este debate.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes informando a todos que as próximas reuniões serão realizadas nos Municípios de Imperatriz, no Estado do Maranhão, nos dias 17 e 18, e de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, nos dias 19 e 20 do mês em curso.

Está encerrada a reunião.